

DA DIVERSIDADE À UNIFORMIDADE: UM PANORAMA HISTÓRICO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

ALICE GARSKE ESCOBAR¹;
ISABELLA MOZZILLO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – alicegarske@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – isabellamozzillo@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca traçar um panorama histórico das políticas linguísticas no Brasil ao longo do tempo e analisar como elas contribuíram para a consolidação de uma ideologia monolíngue no país. Apesar da multiplicidade e da diversidade linguística brasileira, permanece no imaginário popular e mesmo nas políticas de Estado, a noção de que aqui se fala apenas português. Sendo assim, é necessário compreender como essa homogeneização linguística naturalizou-se e identificar quais foram os mecanismos utilizados para isso.

Não há consenso sobre o número de línguas indígenas faladas no Brasil, já que os dados variam de 154 a 274, a depender da fonte considerada. Ademais, estima-se que há mais de 50 línguas de imigração, além das línguas de sinais (FREITAG; SAVEDRA, 2023). Em contraste, a Constituição Federal, em seu artigo 13, reconhece apenas o português como língua oficial, o que corrobora a ideia de que os Estados intervêm constantemente no domínio linguístico, moldando a maneira como utilizamos as línguas e privilegiando uma, ou mais línguas, em detrimento das outras (CALVET, 2007).

Sendo assim, pretende-se discutir de que forma as políticas linguísticas implementadas no Brasil favoreceram a predominância do português e o consequente apagamento da diversidade linguística. Desde o período colonial até os dias atuais, percebe-se a construção de uma ideologia monolíngue firmada tanto por decretos estatais quanto por práticas cotidianas, uma vez que, segundo Altenhofen (2013), a política linguística “[...] não se restringe às decisões do Estado, mas sim engloba decisões de cidadãos e grupos ou entidades sociais que implicam uma motivação de direito e de dever [...].” Dito isso, torna-se evidente que a homogeneização linguística no Brasil não ocorreu de maneira natural, mas resultou de um processo sócio-histórico, forjado por decisões políticas e por práticas sociais ao longo do tempo.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Foram realizadas leituras de artigos e capítulos de livros, selecionados a partir de bases acadêmicas como Google Scholar e SciELO, além do acervo bibliográfico da orientadora. As análises e as discussões acerca do tema foram desenvolvidas ao longo das reuniões do grupo de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante salientar que a pesquisa encontra-se em fase inicial; porém a revisão bibliográfica realizada até o presente momento demonstra que, além de não ter ocorrido de maneira espontânea, a hegemonia do português foi um processo que durou séculos (LUCCHESI, 2017). A análise baseia-se na proposta de divisão da história sociolinguística do Brasil apresentada por Lucchesi (2017), composta por quatro fases: tupinização da costa, multilinguismo generalizado, homogeneização linguística e nivelamento linguístico.

A fase de tupinização da costa compreende o período do ano 1000 até o ano de 1532, a qual vai desde o processo de expansão das línguas tupi e tupinambá pelo litoral brasileiro até o início da colonização portuguesa. Vale destacar que nesse período o tupinambá foi utilizado pelos padres jesuítas como meio de catequização, recebendo o nome de “língua brasílica”. Altenhofen (2013) denomina-a de “fase virgem” do período colonial, pois não se observam intervenções diretas do Estado em relação às línguas.

A segunda fase compreende o período que vai de 1532 até 1695 e se caracteriza por um multilinguismo generalizado, sendo que a língua portuguesa era minoritária e apenas uma das muitas faladas no território. A fase anterior propiciou que as línguas gerais tivessem grande destaque e domínio, em especial as línguas gerais de São Paulo e da Amazônia, que eram versões simplificadas do tupi e do tupinambá, respectivamente. Além disso, conviviam com as línguas gerais diversas línguas africanas. Dito isso, é possível afirmar que até a segunda fase, a regra era a diversidade linguística.

A partir da terceira fase, que vai de 1695 até 1930, há uma mudança drástica em relação à diversidade linguística no território brasileiro, o que configura o início da homogeneização linguística. Esta fase é marcada por grandes acontecimentos como a chegada da Família Real ao Brasil (1808) e o fim do tráfico negreiro (1850), este último tendo sido considerado também o fim de uma das principais fontes de multilinguismo do Brasil. Inclusive, foi nesse período que o país recebeu milhões de imigrantes, entre eles os europeus (1884 – 1933). Ademais, as reformas pombalinas¹, em especial a promulgação do Diretório de 1757, o qual proibia o uso da língua geral, contribuiu para a predominância do português e reflete forte imposição estatal.

Na quarta fase, que compreende os anos de 1930 até a contemporaneidade, ocorre o nivelamento linguístico. Nesta fase os meios de comunicação como o rádio e a TV, bem como a escolarização tiveram um papel central na difusão de uma norma padrão urbana e de prestígio, uma vez que esse processo foi decorrente da industrialização e urbanização ocorridas no período. Convém destacar o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, que foi marcado pelo silenciamento e até mesmo criminalização dos falantes de línguas como o alemão e o italiano. É possível observar que neste período a língua esteve fortemente atrelada a uma visão nacionalista e ideológica, corroborando mais uma vez a artificialidade da predominância no português na sociedade brasileira.

Por fim, os resultados obtidos até o momento indicam que a ideologia monolíngue presente no imaginário do povo é produto de um processo que se

¹ As reformas pombalinas foram mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal, que foi secretário de Estado de Portugal entre 1750 e 1777. Influenciadas pelo Iluminismo, essas transformações visavam modernizar a administração da Coroa e fortalecer o poder central. Dentre as principais medidas, destaca-se a expulsão dos jesuítas de todo o Império Português, em 1759, com o intuito de secularizar a educação.

entende desde a chegada dos portugueses ao Brasil até a atualidade. Além disso, foi e continua sendo sustentado por práticas sociais, mas, principalmente, por políticas de Estado. Nas próximas fases, a pesquisa procurará aprofundar a sua análise, mas também investigar a forma como as políticas linguísticas podem ter impacto no cotidiano, sobretudo no que diz respeito às línguas minoritárias. Pretende-se também investigar as relações entre língua e formação identitária e como isso poderia influenciar nas políticas linguísticas atuais.

4. CONCLUSÕES

“A linguística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob a pressão de fatores históricos e sociais. E, paradoxalmente, existe o desejo de intervir nesses processos, de querer modificar o curso das coisas, de acompanhar a mudança e atuar sobre ela” (CALVET, 2007). Esta citação de Calvet revela uma contradição entre o curso natural das mudanças linguísticas e as tentativas de controlar este processo, o que, conforme demonstrou o trabalho, ocorreu no Brasil. Sendo assim, conclui-se que a pesquisa contribui para evidenciar que a situação atual de unidade linguística não ocorreu repentinamente, mas foi decorrente de um longo processo histórico e político. Além disso, ela demonstra que a situação linguística do Brasil nem sempre foi de uniformidade, mas sim de grande diversidade, a qual foi apagada no decorrer do tempo e que gerou a falsa percepção de que o país teria sido, desde o início, linguisticamente homogêneo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Contatos, mobilidades e línguas no Brasil. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (orgs.) **Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2023. p. 13-26.

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

CALVET, Louis-Jean. Os instrumentos do planejamento linguístico. In: CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017.